

CAMPO GRANDE

Prefeitura admite encerrar convênio com Instituto Mirim

Município está auditando as contas e situação jurídica da entidade

LUCIA MOREL

A Prefeitura de Campo Grande pode cancelar convênio com o Instituto Mirim (IMCG) caso resultado de verificação nas contas e na situação jurídica da entidade desobrigue a administração municipal de mantê-lo, como ocorre há anos. A informação é do secretário de governo, Antônio Lacerda. Ele afirma que a principal fonte de recursos do IMCG é o município. “A entidade sobrevive hoje às custas da prefeitura. Se a gente não repassar (recursos), acaba o instituto”, garantiu.

Somente no ano passado, conforme dados do Portal da Transparência da prefeitura, o repasse ao instituto foi de R\$ 9.079.211,48. Isso através de pagamentos por uso de mão de obra dos adolescentes que são capacitados pela entidade. O valor empenhado, ou seja, que foi separado para pagar os serviços, soma R\$ 11.841.450,13. Este valor, reduzido do total já pago, fica em R\$ 2.762.238,65, que é quanto ainda precisa ser repassado ao IMCG.

De acordo com Lacerda, é preciso entender exatamente o vínculo do instituto com a prefeitura para então definir



VALDENIR REZENDE

MUDANÇA. Instituto Mirim, que terá nova diretoria a partir do próximo mês, passa por auditoria

a manutenção, ou não, dos repasses. “Pedimos à Procuradoria Jurídica que faça o levantamento jurídico sobre o instituto para sabermos exatamente o que ele é. É uma ONG [Organização Não Governamental]? O que é?”, sustentou, ao enfatizar que, ao se ter a resposta dessa pergunta é que se saberá, efetivamente,

qual a participação da administração municipal dentro do Instituto Mirim.

Conforme o secretário, há interesse tanto do prefeito Marcos Trad (PSD), quanto da primeira-dama Tatiana Trad e da vice-prefeita Adriane Lopes em que a parceria permaneça. Isso porque “todos reconhecem a história e

o bom trabalho realizado pelo instituto”, mas pondera a necessidade que há de se conhecer a real situação jurídica da instituição e a participação da prefeitura nela.

FINANÇAS

Além da questão da natureza jurídica do instituto, até o dia 7 de fevereiro, quando nova

Saiba

R\$ 2,1 milhões por mês até 2015

Até 2015, o Instituto contava, em média, com R\$ 2,1 milhões por mês por meio de convênios com instituições públicas e privadas. Na época, os ex-prefeitos Alcides Bernal (PP) e Olarte disputavam, de forma velada, o comando da instituição, já que havia diretores ligados ao primeiro que afirmavam que a gestão de Olarte não repassava os recursos necessários. Do outro lado, tais diretores eram responsabilizados pelos problemas financeiros.

diretoria do IMCG toma posse, será analisada toda parte a contábil e financeira da instituição. Além de órgãos e secretarias da prefeitura, empresas também mantêm convênio com o IMCG, contratando menores aprendizes para atuarem em serviços administrativos. No entanto, é a administração municipal que mantém a maior parte dessas contratações.

Para se ter uma ideia, somente a Secretaria de Educação (Semed) desembolsou R\$ 2.583.598,38 para pagar o instituto em todo o ano passado, sendo um dos valores mais volumosos. O IMCG mantém

convênio ainda com Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran) e de Regulação (Agereg), com o Instituto Municipal de Tecnologia da Informação (IMTI) e o de Planejamento (Planurb), além de Procuradoria Geral do Município e várias secretarias.

“Precisa, obviamente, rever a contabilidade do instituto para saber a situação em que ele está”, disse Lacerda, lembrando que tanto a análise jurídica quanto a financeira definirão se a prefeitura “continuará ajudando ou não, se é certo ou não ajudar”, enfatizando que “temos o maior interesse na instituição porque ela realiza um papel importantíssimo para a sociedade. É maior o interesse em continuar, mas precisamos ver como continuar”. O secretário ainda disse que os valores oficiais dos convênios e quanto foi repassado ao instituto em 2016 serão conhecidos apenas no dia 7 de abril, quando a nova diretoria toma posse.

Em abril de 2015, na gestão de Gilmar Olarte na prefeitura, o estatuto do Instituto Mirim foi alterado para que a entidade voltasse a ter natureza jurídica de fundação e não mais de Organização Não Governamental. Na ocasião, a administração municipal se comprometeu a disponibilizar, todos os anos, pelo menos R\$ 8 milhões do orçamento para manter o IMCG. A auditoria reavaliará a validade dessa mudança.

FUNDERSUL

Governo vai gastar R\$ 4 milhões para reparos de rodovias estaduais

JONES MÁRIO

Pelo menos três rodovias estaduais da região sul do Estado receberão reparos estimados em R\$ 4,2 milhões, com investimento de recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundersul). A contratação do serviço, cuja licitação foi dispensada e a duração inicial é de 236 dias, foi divulgada na edição de ontem do Diário Oficial.

De acordo com a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), entre as rodovias estaduais contempladas pelos trabalhos de manutenção e conservação está a MS-180, que liga Iguatemi a Juti. Em maio do ano passado, um trecho na altura do quilômetro 75 foi “engolido” por uma cratera aberta após fortes chuvas que caíram na região. Outros pontos da via ainda

apresentaram rachaduras na mesma época.

Além da MS-180, a MS-156, de Caarapó até Tacuru, e a MS-295, entre Eldorado e Paranhos, também entram no pacote de manutenção. As estradas compõem a malha rodoviária da 11ª Região Regional de Amambai, zona de fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

Os reparos previstos incluem tapa-buraco, roçada e sinalização. A Galassi Engenharia, terceira colocada em edital de licitação para manutenção de vias no sul do Estado, é a responsável pelo serviço.

Antes, a Usimix fazia o mesmo trabalho na região sul, com contrato inicial no valor de R\$ 3,3 milhões reajustado no ano anterior para R\$ 11,4 milhões, de acordo com o Portal da Transparência do governo estadual.

VALDENIR REZENDE/ARQUIVO



MS-180. Trecho entre Iguatemi e Juti passará por reforma

“CUPINZEIRO”

Alvará, cedido por Bernal, dificulta suspensão

NATALIA YAHN

O alvará de construção do edifício de 35 andares e 110 metros de altura, com total de 240 apartamentos, na Travessa Ana Vani - que liga a Avenida Afonso Pena à Rua 15 de Novembro -, no Bairro Jardim dos Estados, na Capital, foi emitido ainda na gestão do ex-prefeito Alcides Bernal (PP) e, por isso, o projeto não pode ser, em princípio, revisto. “O alvará gera direito, que não pode ser ferido”, informou a diretora-presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Planurb), Berenice Maria Jacob Domingues.

Há, de acordo com a diretora, possibilidade de suspensão no estágio anterior à emissão

do alvará. Nessa situação, pode ser feito pedido à Comissão de Diretrizes Urbanísticas do Planurb. “Mas não é este o caso desse empreendimento. Eu verifiquei que eles realizaram todos os procedimentos para emissão do alvará”, afirmou. No entanto, caso a obra esteja em desacordo com o previsto no projeto, a partir do qual foi concedido o alvará, pode ser revista.

Antes do alvará, a obra pode nem mesmo ter início caso moradores da região afetada entrem com recurso técnico à comissão, apontando os possíveis problemas causados pela construção. “Podem alegar que vai ter impacto, afetar a vizinhança, causar problemas no trânsito. Em pelo menos

outras duas situações os próximos moradores conseguiram reverter a construção de mercados em áreas residenciais, somente buscando a comissão”, lembrou a diretora do Planurb.

Os casos aconteceram há mais de cinco anos atrás, quando empresários tentaram construir mercados na Rua Joaquim Murinho próximo à Rua das Vendas e também na Rua Chaadi Scaff próximo à Rua Rodolfo José Pinho. “Foi levando em consideração o apelo, após pedido feito ao poder público, e na época já tinha estudo de impacto, mesmo assim o construtor desistiu da obra. Se a sociedade se organizar e estiver bem embasada, é pos-

sível acontecer (de uma obra de grande porte ser suspensa)”.

Sobre o edifício “monstro”, que deve gerar impacto em toda a região onde a obra se concentra - a qual já tem autorização para início -, o Planurb afirma que a situação está regular. “Não é questão de guia ou estudo. O alvará do prédio já foi aprovado. Porém, vamos rever todos os procedimentos onde existem divergências e, se encontrarmos o construtor, tem 30 dias para se explicar. Após este prazo, temos 45 dias para deferir ou não e então o responsável tem mais um prazo para tomar providências”, afirmou.

UNIFORME ESCOLAR

Compra será feita com “carona” em licitação

ALINY MARY DIAS E KLEBER CLAUJUS

A Prefeitura de Campo Grande vai pegar “carona” em processo licitatório da cidade de São Paulo para comprar kits e uniformes escolares para alunos da Rede Municipal de Ensino (Reme). Ontem, o prefeito Marcos Trad afirmou que essa é a única saída para que tudo esteja com os alunos o mais breve possível.

Iniciados em dezembro passado pela gestão Alcides Bernal, os processos para concorrência de empresas interessadas em fornecer roupas e materiais para alunos foram suspensos no dia 28 de dezembro.

Os processos no modelo registro de preços teriam as propostas abertas no dia em que houve cancelamento divulgado pela prefeitura. O mu-



GERSON OLIVEIRA/ARQUIVO

PRAZO. Prefeitura tem pouco tempo, pois as aulas voltam no dia 6

nício, na época, disse que suspendeu tudo em razão de vários questionamentos feitos por empresas que participavam da concorrência.

Com o início das aulas da Reme marcado para o próximo dia 6 de fevereiro, a atual

gestão se viu praticamente sem tempo para iniciar todo processo licitatório do zero. Com isso, optou-se em pegar “carona” em atas de preços de alguma grande cidade do País. São Paulo foi escolhida e, segundo a Secretaria Muni-

cipal de Educação (Semed), são aguardadas apenas autorizações da prefeitura de São Paulo.

Em agenda pública nesta manhã, Trad afirmou que seguiu parâmetros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para escolher atas que trouxessem melhor preço e melhor qualidade dos itens que serão entregues para os alunos.

“Não temos alternativa, se fizer licitação agora, que deveria ter iniciado na gestão anterior, vai demorar no mínimo de quatro a cinco meses. São atas que trazem benefício para Campo Grande”, disse Marcos Trad.

A prefeitura prevê que kits e uniformes sejam entregues para alunos da Reme nas primeiras semanas de aula.

MISSA DE 7º DIA

Elizabeth da Costa Vaz

* 23/09/1948 † 21/01/2017

A família convida parentes e amigos para a missa de 7º dia de seu falecimento, que será celebrada dia 27/01/2017 (sexta-feira), às 19 horas, na Igreja São João Bosco (Rua Paraiba, 1787 - Vila Gomes). Aos que comparecerem, a família desde já agradece.